

Questões da anticoncepção e do aborto na Espanha: procedimentos metodológicos de uma pesquisa*

Maria Isabel Baltar da Rocha**

Do que se trata

Por meio destas notas descrevo o andamento da pesquisa que venho realizando sobre anticoncepção e aborto na Espanha e, em seguida, exemplifico o procedimento metodológico utilizado a partir dos resultados obtidos em uma das etapas do trabalho. Começo levantando alguns pontos que me preocupam e, sobretudo, alguns pontos que vêm norteando a realização do estudo.

Representa, sem dúvida, um grande desafio realizar uma investigação que vise reunir elementos para desenvolver um estudo comparado entre dois países – no caso, Brasil e Espanha. Deparei-me com esse desafio logo de início, ao perceber que era quase impossível pesquisar pontualmente, e sobre os dias de hoje, os assuntos a que me propunha e com o enfoque escolhido – anticoncepção e aborto, sob a perspectiva da análise do processo político de discussão e decisão – sem ter um conhecimento mais abrangente acerca da Espanha. Isto é, sem ter um conhecimento de fundo sobre o quadro histórico, incluindo o demográfico, econômico, social, cultural e político, em que ocorriam os fatos a serem estudados. Buscar adquirir esse conhecimento foi portanto a minha primeira preocupação.

A busca de uma compreensão mais ampla sobre a Espanha – por meio de leituras, bem como de interlocuções com minha mentora, Montserrat Solsona, e com os(as) próprios(as) colegas do Centro de Estudos Demográficos da Universidade Autônoma de Barcelona (CED/UAB), onde realizei meu pós-doutorado – acabou me estimulando a ampliar o recorte temporal da investigação para além da atualidade. No que diz respeito aos assuntos que me propus estudar, pude reconhecer etapas muito claramente definidas, vinculadas à história política da Espanha. Ampliar o período abrangido pela pesquisa foi portanto a minha segunda preocupação.

Dado o interesse em analisar os temas da anticoncepção e do aborto procurando perceber o processo político de discussão e decisão, sob uma perspectiva histórica, optei por utilizar o enfoque de gênero, um recorte fundamental para aprofundar essas questões. Neste sentido, minha referência inicial para essa pesquisa é o estudo de Joan Scott (1990), que trabalha a categoria analítica gênero identificando um conjunto de elementos que compõem as relações de gênero, entre eles os discursos, as normas, as instituições e as organizações sociais. Estes elementos são parte central do presente estudo, situado no campo da análise política, podendo-se observar através deles como se expressam as referidas relações. A intenção em trabalhar com a categoria gênero é, pois, um dos traços fundamentais da minha investigação.

Nesta pesquisa, defini como universo as leis, as políticas públicas/programas e a atuação de grupos políticos e sociais sobre anticoncepção e aborto, além de definir também que o período estudado seria de 1936 aos nossos dias. Considerei quatro das etapas clássicas da história política da Espanha, períodos em que os temas tratados parecem apresentar comportamentos característicos.

* Pesquisa realizada com o apoio da FAPESP.

** Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Começo no período da Guerra Civil (1936-1939), porque neste contexto o aborto foi legalizado na Catalunha. Prossigo na fase do Regime Franquista (1939-1975), longo período no qual a legislação e as políticas públicas eram absolutamente repressivas na área da anticoncepção e do aborto. Em seguida focalizo o momento da Transição Política (1975-1978), cenário em que a discussão política se amplia e recomeça o debate sobre os temas pesquisados, alterando-se a legislação acerca dos métodos anticoncepcionais. Encerro a pesquisa no Período Democrático (a partir de 1978), momento em que se efetiva uma importante mudança na lei sobre a questão do aborto, mas a discussão prossegue buscando-se ampliar os permissivos legais a respeito e/ou descriminalizá-lo. As definições sobre o universo, o período e a periodização da pesquisa foram pontos básicos que nortearam o desenvolvimento do trabalho.

Quanto às fontes de informação, considerei inicialmente que poderia basear o trabalho sobre a Espanha sobretudo na literatura a respeito, bem como em algumas entrevistas, a título de complementação, sem precisar recorrer a outras fontes primárias. No entanto, a reconstrução que procuro fazer, buscando as leis, as políticas públicas/programas e a atuação de grupos políticos e sociais, nem sempre tem sido possível por meio da consulta à bibliografia especializada. Isto porque esses estudos não foram necessariamente formulados com aquele mesmo objetivo, ou orientados por aquele mesmo desenho. Deste modo, precisei recorrer a algumas fontes primárias para localizar informações, e mesmo assim ainda encontro lacunas em relação a determinados aspectos.

Nessa busca bibliográfica e de fontes primárias (leis, projetos de lei, jornais), consultei e coletei um grande volume de material em um conjunto de centros de documentação, inicialmente em Barcelona e depois em Madri. Foram explorados os acervos do Centro de Estudos Demográficos e das bibliotecas de Ciências Sociais e de Humanidades da própria Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), bem como

os acervos do Instituto Catalão da Mulher, do Centro de Análises e Programas Sanitários (Caps) e da livraria das mulheres *Pròleg*, todos em Barcelona. Fiz ainda consulta e coleta detalhadas nos centros de documentação do Instituto da Mulher e do Congresso dos Deputados, ambos em Madri. A consulta à bibliografia e às fontes forneceu elementos centrais para a realização do trabalho.

Não perdi a oportunidade, também, de entrevistar, formal ou mesmo informalmente, estudiosos(as) e/ou militantes relacionados(as) ao objeto desta pesquisa. De maneira formal, entrevistei Mary Nash, professora do Departamento de História da Universidade de Barcelona, Elisa Grau, profissional da Associação de Planificação Familiar de Catalunha e Baleares, e Montserrat Cervera, militante feminista do grupo *Ca la Dona*. Entrevistei informalmente Verena Stolcke, professora do Departamento de Antropologia da UAB, Enric Royo, coordenador do *Grupo Interés Español* da Fundação Cidob, e Izabella Rohlf, médica sanitária vinculada ao Caps, em Barcelona, além da professora Encarnación Aracil, da Universidade Complutense de Madri. A interlocução com estas pessoas em muito contribuiu para ampliar meu conhecimento, minha reflexão e o próprio norte da investigação.

A pesquisa vem sendo agora desenvolvida no âmbito de minhas atividades no Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Unicamp. No momento estou concluindo a análise sistemática sobre as questões da anticoncepção e do aborto durante o Período da Democratização, em relação ao qual reuní importante documentação durante minha estada na Espanha. Pretendo ainda incorporar ao trabalho a análise que venho desenvolvendo sobre o Brasil, para, finalmente, realizar uma comparação entre os dois países a respeito dos temas tratados.

Nos parágrafos que se seguem apresento alguns resultados da pesquisa, detendo-me, especificamente, no primeiro dos quatro períodos analisados no trabalho, a etapa da Guerra Civil, a partir do qual busco exemplificar o procedimento metodológico adotado.

Legislação, política pública e atores políticos e sociais relacionados à anticoncepção e ao aborto durante o Período da Guerra Civil

A idéia de iniciar a pesquisa na Espanha nos anos 30 nasceu do conhecimento da existência de uma discussão sobre os temas da anticoncepção e do aborto no país já no começo do século XX. Mas essa idéia partiu, sobretudo, do conhecimento da criação de lei, política pública e serviços de atenção à saúde referentes a essas questões.

A discussão pública sobre controle da natalidade na Espanha nos anos 20 e 30 esteve relacionada, em grande parte, ao movimento de reforma social eugênica e ao grupo de reformadores sexuais anarquistas, que haviam incluído em sua estratégia política o tema da reprodução humana. É, portanto, sob a influência deste último grupo que se efetivaram iniciativas ousadas para a época, como a legalização do aborto e a oferta de serviços anticoncepcionais na Catalunha, medidas que justificam o início desta pesquisa a partir dos anos 30.

É importante salientar que, antes dessa iniciativa de legislação e de política pública, a questão do aborto havia sido discutida durante a elaboração da Constituição da II República, em 1931, fora objeto de interesse na reformulação do Código Penal, em 1932, bem como motivou a criação de uma norma do *Ministerio de Trabajo, Sanidad y Previsión de la Salud*, em 1935 (Ussel, 1979; López, Rodríguez e Ruiz, 1988; Nash, 1986). Nestes contextos, proibia-se o aborto em todas as circunstâncias, mas implicitamente admitia-se o abortamento por motivo terapêutico.

É interessante sublinhar, portanto, que já havia no país um debate sobre o assunto aborto terapêutico – relativo à grave situação de saúde da gestante – e que dele participavam médicos e advogados, muitos vinculados ao movimento eugênico. Aliás, este movimento preocupava-se também com a difusão de métodos anticoncepcionais. No entanto, a reestruturação da saúde pública e da assistência social na Catalunha era referenciada sobretudo por

idéias do movimento anarquista. Como afirma Nash (2000, p. 237):

[...] ao final dos anos 20 os reformadores sexuais anarquistas introduziram os temas reprodutivos dentro da sua estratégia global a favor da mudança social. De modo que, em uma progressão lógica, uma vez tendo alcançado o poder em 1936 e estando em situação de dirigir a política sanitária pública, também se dedicaram às questões da reprodução. Para o pequeno núcleo de reformadores sexuais anarquistas, as estratégias supunham também o desenvolvimento de direitos nesse campo.

Legislação

Nesse contexto foram promulgadas as normas sobre aborto pela *Generalitat de Catalunya*, que vigoraram durante dois anos: o *Decret d'Interrupció Artificial de l'Embaràs*, de 25 de dezembro de 1936, e a *Ordre de la Conselleria de Sanitat i Assistència Social*, de 1º de março de 1937. A Catalunha era uma região que apresentava elevadas taxas de aborto desde o começo do século. Por outro lado, é importante ter em mente que a criação dessa lei tornou-se também possível porque a Catalunha havia adquirido o estatuto de autonomia em 1936, durante a II República, o que garantia à região poderes Executivo, Legislativo e Judiciário próprios, bem como um orçamento também autônomo (Vilar, 1999).

A lei denominada de *Reforma Eugènica de l'Avortament* definia metas para erradicar o aborto e o infanticídio, procurava reduzir a morbi-mortalidade relacionada à prática do abortamento, bem como buscava diminuir a ocorrência desta prática mediante serviços de controle da natalidade. Previa também várias situações nas quais o aborto seria permitido: no caso de má saúde física ou mental da gestante (denominado aborto terapêutico); no caso de incesto decorrente de violação perpetrada pelo pai ou de possibilidade de transmissão de deficiência física ou mental (denominado eugênico); no caso da vontade da mulher (denominado neomalthusiano); por motivos éticos ou sentimentais (denominado pessoal).

É importante ressaltar, no entanto, que tradicionalmente a preocupação dos anarquistas era com o controle da natalidade

por meio da anticoncepção, e que na referida lei sobre abortamento esta prática não era vista como substitutiva de métodos anticoncepcionais. Segundo informa Nash (2000, p. 240), “pelo contrário, a política centrava-se na eliminação efetiva da prática do aborto, mediante o uso de métodos anticoncepcionais eficazes. De fato, foram estabelecidas restrições específicas para evitar sua utilização. Conforme a lei, uma mulher só poderia abortar uma vez ao ano, salvo em circunstâncias terapêuticas especiais que aconselhavam a interrupção da gravidez.”

Política pública

Do ponto de vista das políticas públicas, foram criados serviços voltados para a interrupção da gravidez em oito hospitais, quatro deles em Barcelona: *Hospital de la Santa Creu i Sant Pau*, *Hospital Clínic*, *Hospital Cardenal* e *Casa de la Maternitat de Barcelona*. Os dois primeiros tiveram maior importância no atendimento ao aborto, mas no último funcionava o centro de atendimento anticoncepcional, a *Escuela para una Maternidad Consciente*.

A avaliação de Mary Nash sobre o impacto dessa política não é positiva – na realidade, a autora considera que esta fracassou. Observando um conjunto de dados hospitalares referentes à interrupção da gravidez, Nash (1988) constatou baixas taxas de aborto legal e continuidade da prática do abortamento clandestino. Para ela, esse fracasso deveu-se a vários fatores:

[...] a precipitação na implantação do serviço, as deficiências na sua rede de informação, as falhas de administração, o boicote ou indiferença de grande parte do setor médico, a manutenção de uma mentalidade tradicional de condenação ao abortamento, as dificuldades específicas de uma conjuntura de guerra, e ao mesmo tempo a reserva com a qual foi acolhida pelas mulheres, inclusive por aquelas que escolheram a opção de um abortamento clandestino [...] (Nash, 1983, p. 26)

Participação de atores políticos e sociais

Quanto à participação de atores políticos e sociais nesse processo, conforme já

foi sugerido, os anarquistas tiveram um papel preponderante. A figura-chave, neste caso, foi o médico Fèlix Martí Ibáñez, diretor geral de *Sanitat i Assistència Social de la Generalitat*. Ibáñez promoveu uma política sanitária voltada para os setores populares, tendo como centro as mulheres trabalhadoras e seus filhos. Tal política era inspirada na idéia de reforma eugênica, que “pretendia incluir aspectos como a reforma sexual, o controle da natalidade, a assistência à maternidade e a eliminação da prostituição. A regulação do aborto era parte desta política global de reforma eugênica e foi concebida como uma medida pragmática para regular a situação preexistente da prática do aborto na Catalunha” (Nash, 1988, pp. 29-30). A idéia da “maternidade consciente” e suas conseqüências para a saúde das mães da classe trabalhadora (idéias presentes também em campanhas de controle da natalidade deste mesmo segmento político) era um dos pontos que integravam a política sanitária proposta.

Ainda do ponto de vista dos atores, podemos destacar a presença de segmentos médicos e a relativa ausência das mulheres – organizadas ou não em movimentos sociais –, além da total ausência da Igreja Católica nesse contexto. Muitos médicos fizeram objeção à referida legislação, por vários motivos: porque não estava prevista a recusa do profissional em realizar o aborto por razões de foro íntimo; porque, devido à amplitude da lei, a decisão da prática do aborto não estaria limitada a este profissional; e, por fim, porque eles recusavam a interferência da política de saúde de orientação anarquista em sua atuação profissional (Nash, 2000).

As mulheres, por sua vez, não tiveram influência nem na preparação, nem na implementação dessa política sanitária, que foi elaborada por médicos vinculados à administração pública. Como afirma Nash (1988, p. 35), “[...] mesmo neste período de potencial transformação social os circuitos permaneceram impermeáveis. As mulheres continuaram funcionando dentro da cultura clandestina do passado e minimamente utilizaram os serviços oferecidos. Não se identificaram com a política sanitária oficial

e quase não se aproveitaram disto. Portanto, continuaram praticando abortos clandestinos.”

O assunto também não se tornou objeto de mobilização das organizações femininas da época, grupos políticos que tiveram importante participação no contexto das lutas antifascistas da Guerra Civil, dentre os quais podemos destacar a *Agrupación de Mujeres Antifascistas – AMA* (criada pelo Partido Comunista Espanhol), à qual estava vinculada a *Unió de Dones de Catalunya*; a organização *Mujeres Libres*, associação de ideário anarquista; e o Secretariado Feminino do *Partido Obrero de Unificación Marxista – Proum* (Partido Comunista dissidente).

Destes grupos, somente as *Mujeres Libres* enfatizavam em sua estratégia política questões de gênero. Mas, mesmo contemplando tais questões essa organização não discutia publicamente sobre controle da natalidade, anticoncepção e aborto, propondo-se, ao invés disso, a “capacitar as mulheres para que pudessem desenvolver-se sós, no âmbito de suas relações (ou não-relações)” (Ackelsberg, 1999, p. 211).

Segundo Mary Nash, o silêncio dessa organização diante de uma reforma preparada pelos próprios companheiros anarquistas evidenciava as dificuldades que representava para as mulheres a discussão pública de um tema de difícil aceitação social e que se poderia tornar um divisor de águas em um momento político em que a coesão social era muito importante. Em relação ao conjunto de organizações femininas referidas, a autora considera que “a concentração das mulheres na luta antifascista e a breve existência da reforma eugênica do aborto dificultaram o desenvolvimento de uma estratégia para derrubar os obstáculos tradicionais e criar sua própria agenda em relação aos seus direitos reprodutivos” (Nash, 2000, p. 246).

Quanto à ausência da Igreja Católica como ator social no contexto da legalização do aborto na Catalunha, Nash afirma que tal se deu “porque a legalização se produziu durante a Guerra Civil e os representantes

da hierarquia católica não estavam presentes. Haviam fugido da Espanha, haviam fugido da Catalunha”. Portanto, o nível de discussão, inclusive das mulheres, foi mínimo e a Igreja Católica não se pronunciou sobre o assunto. Neste caso, “vê-se muito claro a idéia de recristianizar o país, o que incluía a questão do planejamento familiar, do aborto e do ‘desvirtuamento’ das mulheres durante a República. No contexto da Guerra Civil não houve uma resposta imediata a estas questões” (entrevista concedida por Mary Nash em Barcelona, em 7 de novembro de 2000).

E as questões de gênero?

Apesar do fracasso da lei – ainda segundo Mary Nash, minha referência central nesta etapa da pesquisa –, seu conteúdo era progressista e dava ênfase à autonomia feminina no campo do que hoje denominamos de direitos reprodutivos. No entanto, nesse primeiro período analisado “as condições de gênero definiam a questão do aborto [sempre visto como uma questão feminina ou mesmo feminista] como masculina, apesar de que as mulheres viram ampliados seus papéis e opções de gênero durante os anos da Guerra Civil” (Nash, 2000, p. 247).

* * *

O percurso metodológico seguido pela pesquisa na etapa da Guerra Civil é o mesmo percorrido nos outros períodos do estudo, ou seja, no Regime Franquista, na Transição Política e, por fim, no Período Democrático, os quais serão relatados em outra oportunidade. Por meio da consulta à literatura, do exame de documentos e da realização de entrevistas, procurei reconstruir a realidade social das leis, das políticas públicas/programas e da participação dos atores políticos e sociais referentes aos temas investigados, bem como busquei perceber seu significado do ponto de vista das relações de gênero.

É sem dúvida instigante observar, de uma perspectiva histórica, a discussão política de tais temas da reprodução humana desde o início do século XX, suas

permanências e suas mudanças, e nela encontrar raízes do debate contemporâneo sobre as questões de gênero e dos direitos reprodutivos.

Creio, porém, que o desafio maior da pesquisa é tecer uma análise comparada entre a Espanha e o Brasil a respeito dos temas tratados.

Referências bibliográficas

ACKELSBERG, Martha A. **Mujeres libres**. El anarquismo y la lucha por la emancipación de las mujeres. Barcelona: Virus (Memoria), 1999. 320 p.

LÓPEZ BARJA DE QUIROGA, Jacobo, RODRÍGUEZ RAMOS, Luis e RUÍZ DE GORDEJUELA LÓPEZ, Lourdes. **Códigos penales españoles**. Recopilación y concordancias. Madri: Akal, 1988.

NASH, Mary. L'avortament legal a Catalunya. Una experiència fracassada. **L'Avenç**, Revista d'Història, Barcelona, n. 58, mar. 1983, p. 20-26.

_____. El neomalthusianismo anarquista y los conocimientos populares sobre el control de natalidad en España. In: NASH, Mary (ed.). **Presencia y protagonismo**. Aspectos de la historia de la mujer. Barcelona: Serbal, 1984. p. 307-340.

_____. Ordenamiento jurídico y realidad social del aborto en España. Una

aproximación histórica. **Actas de las IV Jornadas de Investigación Interdisciplinaria Ordenamiento Jurídico y Realidad Social de las Mujeres**. Siglos XVI a XX. Madri: Universidad Autónoma de Madrid, 1986. p. 223-238.

_____. Género, cambio social y la problemática del aborto. **Historia Social**, n. 2, otoño 1988, p. 19-30.

_____. **Rojas**. Las mujeres republicanas en la Guerra Civil. Madri: Taurus, 2000. 358p.

SCOTT, Joan. Género: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 16, n. 2, jul./dez. 1990, p. 5-22.

USSEL, Julio Iglesias de. **El aborto**: un estudio sociológico sobre el caso español. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1979. 127p.

VILAR, Pierre. **Historia de España**. Barcelona: Crítica, 1999. 180p.

Recebido para publicação em 10/06/2003.